

FUNCIONALISMO PÚBLICO

O que as instituições perdem ao deixar de ouvir os aposentados?

Nova geração de aposentados articula reação contra o desmonte silencioso da sua representatividade

Regina Butrus

28/11/2025 | 05:10



Estátua Justiça, com o mastro da Praça dos Três Poderes ao fundo. Crédito: Dorivan Marinho/ST

O primeiro ano de gestão da Associação Nacional de Magistrados e Membros Aposentados do Poder Judiciário da União e de Procuradores Aposentados do Ministério Público da União (Anampa), celebrado no último dia 28 outubro, nos convida à reflexão sobre um tema que ultrapassa o campo jurídico e toca todas as categorias profissionais: o lugar que os aposentados e pensionistas ocupam, ou deixam de ocupar, nas entidades de classe.

Ao longo das últimas décadas, muitas dessas entidades se modernizaram, ampliaram serviços, diversificaram pautas e se tornaram mais ativas nos debates públicos. Paradoxalmente, no entanto, esse movimento nem sempre foi acompanhado de uma escuta atenta àqueles que ajudaram a construir e

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Em diferentes áreas – da magistratura à saúde, da advocacia ao magistério – cresce a percepção de que os aposentados, uma vez fora da atividade, perdem representatividade, como se o tempo dedicado à carreira deixasse de contar quando termina o vínculo funcional.

Essa sensação de orfandade institucional tem se repetido em diversos espaços. Em assembleias, consultas e decisões internas, relatos de desrespeito ou indiferença tornaram-se comuns. Muitos aposentados sentem-se invisíveis diante de processos que determinam contribuições, benefícios ou a própria participação nas instâncias deliberativas. **E quando manifestações legítimas de representantes dos aposentados são recebidas com ironia ou desdém, o que se revela é um esvaziamento de empatia, valor que deveria ser o alicerce de qualquer entidade de classe.**

O caso das entidades jurídicas, onde aposentados e pensionistas têm se mobilizado em defesa de maior reconhecimento e representação, é apenas uma das faces dessa realidade. Em outros setores, o dilema é o mesmo: como conciliar as legítimas demandas dos profissionais ativos com o direito à voz e à dignidade dos que já cumpriram seu ciclo de trabalho? A resposta passa, inevitavelmente, pela ideia de solidariedade intergeracional, ou seja, compreender que o associativismo só é pleno quando inclui todas as fases da vida.

Não se trata de nostalgia ou apego ao passado. Trata-se de reconhecer que o tempo também é um patrimônio coletivo. Os aposentados carregam a memória institucional, a história das conquistas e a experiência que pode prevenir erros futuros. Excluí-los é desperdiçar um capital simbólico que nenhuma consultoria, plano estratégico ou inteligência artificial é capaz de substituir.

Quando as instituições deixam de escutar seus aposentados, enfraquecem a si próprias, perdem memória, legitimidade e coesão. Por isso, criar espaços de escuta, promover encontros, revisar normas e garantir sua representatividade não devem ser entendidos como gestos de gentileza, mas como compromissos éticos e estratégias de fortalecimento. É nesse contexto que o exemplo da Anampa mostra como a insatisfação pode se transformar em propósito coletivo e construção institucional.

Nascida de um sentimento legítimo de inconformismo diante das desigualdades e silenciamentos acumulados, a entidade canalizou essa energia em trabalho

concreto. Em apenas um ano, reuniu mais de 500 associados, estruturou sua presença nacional, criou canais próprios e diretos de comunicação e estabeleceu interlocução permanente com o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público. Foram dezenas de reuniões, ofícios e requerimentos voltados a assegurar paridade, integralidade e respeito à Constituição, sempre pautados pelo diálogo e pela ação propositiva.

Quer acompanhar os principais fatos ligados ao serviço público? Inscreva-se na newsletter Por Dentro da Máquina. É grátis!

Sua atuação pública, expressa em artigos técnicos, participação em audiências e presença em espaços institucionais, mostrou que é possível construir representatividade sem confronto e sem ruptura, mas com convicção e método. O surgimento e o rápido amadurecimento da entidade não diminuem a importância das associações tradicionais. Pelo contrário, reafirmam a vitalidade do associativismo e a necessidade de diálogo permanente entre as diferentes gerações que compõem cada carreira.

≡ JOTA



Inscreva-se para receber nossas notificações e conferir nossas últimas novidades.

Agora não

Inscreva-se

ENTRAR

ENTRAR

lembrando,
aposentado
também co
ajudaram a erguer. 🇧🇷

ntadas,
mas
ições que

Os artigos publicados pelo JOTA não refletem necessariamente a opinião do site. Os textos buscam estimular o debate sobre temas importantes para o país, sempre prestigiando a pluralidade de ideias.



REGINA BUTRUS

Procuradora Regional do Trabalho aposentada e vice-presidente da Associação Nacional de Magistrados e Membros Aposentados do Poder Judiciário da União e de Procuradores Aposentados do Ministério Público da União (Anampa).

TAGS

FUNCIONALISMO PÚBLICO

JOTA PRO PODER

MAGISTRATURA

MINISTÉRIO PÚBLICO

COMPARTILHAR

